

JUDEUS, CRISTÃOS, MUÇULMANOS: O COMUM ÀS TRÊS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS

**Jews, Christians, Muslims: the connection between the three monotheistic
religions**

*Armindo dos Santos Vaz **

* Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. De 2012 a 2017, 1º Presidente da Associação Bíblica Portuguesa. Eleito Académico de Mérito da «Academia Portuguesa da História». Estudou Filosofia em Espanha (1963-1965); Teologia em Roma, de 1965 a 1973: Licenciaturas Canónicas em Teologia Dogmática, na Faculdade Pontifícia “Teresianum”, e em Ciências Bíblicas, no Pontifício Instituto Bíblico. Doutoramento em Teologia Bíblica, na Universidade Gregoriana, Roma.

A ninguém passa despercebido que a relação entre as três religiões monoteístas tem sido de crise. A crise está à nascença das duas que brotaram da primeira. O **cristianismo** nasceu em ruptura com o **judaísmo** e foi gerando outras rupturas no seu interior: apesar do ideal de unidade em torno do Espírito de Jesus ressuscitado e das mesmas Sagradas Escrituras, é a religião mais dividida do mundo. O próprio **Islão** se dividiu à nascença e tem grandes divisões no seu seio.

Hoje, as relações entre as três oscilam entre o diálogo inter-religioso balbuciante e os medos ou tensões que de vez em quando se levantam entre cada uma. Um factor desta tensão é a falta de conhecimento mútuo. Factor de viragem para boas relações é o estudo específico de cada uma e dos pontos comuns que existem entre si: quanto melhor conhecimento, mais compreensão mútua e mais razões haverá para os fiéis de cada uma estimarem os das outras. Precisam de pontes que as unam e de passeios de diálogo que as ponham ao serviço do ser e do fazer humano. Nesta exposição só deixamos o essencial de cada uma e os traços de união entre as três.

1. Especificidade do judaísmo

Que é que realmente une todos os judeus?

Partilham de alguma forma um destino comum. No decorrer de milénios foi-se formando uma comunidade de destino, que assenta na interacção de três factores: um povo, uma terra, uma religião. Daí surge um sentimento de unidade entre todas as pessoas e uma consciência de solidariedade, pelo menos nos períodos de crise; em muitos assuntos, também há uma mentalidade comum. Aí se baseia a sua ímpar capacidade de resistência.¹

Este forte sentido de comunidade assenta em pilares fundamentais:

O judaísmo é o povo que faz remontar os fundamentos da sua piedade à Bíblia hebraica, à Tōrá escrita, entendida como conjunto das Sagradas Escrituras judaicas. Mas, além da Tōrá escrita, o judaísmo possui também a Tōrá oral. Assim mesmo. Tem duas Tōrot, ambas canónicas e normativas, ambas feitas remontar metaforicamente a Moisés. A Tōrá oral está constituída pela Mišná, que é a primeira parte do Talmude: é o seu texto. A segunda parte é o comentário à Mišná e chama-se Gemara, que existe em duas versões: no Talmude de Jerusalém e no Talmude babilónico.

A liturgia tem lugar na sinagoga. É o lugar de oração e de leitura da Tōrá, com reflexão sobre ela.

Em associação à Tōrá, o judaísmo dá importância a mais duas palavras: a halakah e a haggadah.

- A halakah (de halak = “caminhar”) é a explicação das partes legislativas da Tōrá, com o fim de daí retirar novas normas morais de carácter jurídico e ritual.

¹ H. KÜNG, Religiões do mundo (Verus – Multinova; Lisboa 2004) 181-211.

- A haggadah (de nagad, na forma hifil = “narrar, declarar”): explicação de carácter teológico e moral dos textos narrativos e proféticos da Tōrá, embelezando-os e enriquecendo-os de motivos lendários, cheios de conteúdo antropológico e religioso.

A haggadah é essencial. Porque o judaísmo não é um legalismo. As próprias normas que se encontram na Tōrá buscam o amor: “amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração...” (Dt 6,5) e “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18). A Tōrá implica a Lei e o amor. Se a Lei sustém o mundo, o amor é que o move. A Lei é o meio, não o fim; é o caminho, não a meta. Por isso, a haggadah é tão importante como a halakah: são um todo unitário, como corpo e alma.

Se os judeus nem sempre deram à haggadah a devida importância, foi em boa medida por causa da tradução de Tōrá por Lei: ela é antes “ensino, instrução”, revelação da vontade de Deus para o povo. Antes de aceitar a vontade de Deus, há que aceitar Deus.

A conjugação harmoniosa da haggadah com a halakah estabelece o equilíbrio sempre ameaçado em Israel (como nas outras religiões) entre letra e espírito. A halakah é a esquematização da vida, define, distingue, impõe-se, limita, coloca a vida no quadro de um sistema exacto. A haggadah trata das relações infáveis do ser humano com Deus, com os outros e com o mundo. A halakah trata das leis; a haggadah trata do espírito das leis, fazendo penetrar num mundo para além de qualquer expressão. A halakah dá o conhecimento. A haggadah dá a aspiração. A halakah prescreve e dá normas de acção; a haggadah sugere e dá a visão do sentido da vida. Sem a halakah, a haggadah é vã. Sem a haggadah, a halakah está morta.

O judaísmo é «uma herança de haggadah associada a um sistema de halakah». A letra sem espírito é obediência que embrutece a espontaneidade

interior. A halakah é uma resposta à pergunta: que me pede Deus? Mas essa pergunta é da haggadah, pessoal: brota da intuição, do desejo, da fé; não vem de fora, surge de dentro. Ainda assim, a letra da Lei, a halakah, é indispensável para que o espírito não desvaneça na utopia e em sonhos.

Estes são dois aspectos marcantes da existência judaica: a espontaneidade e a regra, a interioridade espiritual e a prática. O desafio é impedir que o princípio da regra suplante a força espiritual.²

Estes pilares da religião judaica não deixam que a conotem com preconceitos alimentados a seu respeito.³ O legalismo que a caracterizava no tempo de Jesus ficou longe. Ao longo dos séculos, os judeus souberam dar o devido peso à haggadah, com o fim de fugir ao legalismo.

Enquanto outras antigas religiões à volta de Israel, do Nilo ao Eufrates (que no princípio da revelação bíblica tinham muito em comum com a religião dos patriarcas), foram desaparecendo enterradas nas sucessivas destruições de cidades e nas conquistas que sepultavam a memória dos seus habitantes, a religião bíblica resistiu ao esquecimento e sobreviveu, precisamente porque teve a sabedoria de constantemente puxar o passado para o presente e assim traçar pistas para um futuro sempre renovado.

Realmente, a formulação da fé bíblica por escrito não se tornou museu de velharias, mas conservação dinâmica de verdades salvadoras, sempre expostas a suscitar à fé novas intuições para novas vagas de vida. As Escrituras hebraicas não eram o repositório de um tesouro intocável, mas a inspirada fonte de novos impulsos de vida. São o futuro da memória do povo de Israel.

As magníficas relíquias e os deuses das grandes civilizações pré-clássicas, representados na multiforme estatuária do tempo, estão hoje nos grandes museus

² Cf. F. VARILLON, *El Cristiano ante las grandes religiones* (Mensajero; Bilbao 1997) 81-95.

³ Cf. R. AYOUN, “Le judaïsme”, *Initiation au judaïsme, au christianisme et à l’islam* (R. AYOUN – G. BENCHEIKH – R. LADOUS) (Initiation à...; Ellipses ; Paris 2006) 84-123.

do mundo. Só a religião do pequeno povo da Bíblia haveria de ter um futuro, formando não apenas uma comunidade de destino, mas também uma comunidade de tradição, fundada nas grandes narrativas patriarcais e na épica do êxodo do Egipto. O Deus da Bíblia só se deixou figurar em imagens da linguagem figurativa e continua hoje na rua, a mover as consciências e as vidas de milhões de fiéis.⁴ E o melhor da religiosidade dos sumérios, dos acádicos, dos babilónios, dos assírios, dos hititas, dos hurritas, dos cananeus, sobreviveu filtrado pela fé de Israel, que se foi purificando por sua vez até à era cristã. O que a Suméria semeou floresceu milénios mais tarde na Palestina e frutificou sucessivamente, por meio de rigorosos crivos de selecção, na Galileia e na Judeia.⁵ O seu fruto mais maduro difundiu-se por todo o Ocidente através do cristianismo.

2. Especificidade do cristianismo

Só apontamos alguns traços mais característicos.

2.1. A essência do cristianismo: a encarnação de Deus no ser humano

O cristianismo nasce no Natal, com o nascimento de «outro Deus», isto é, de uma nova imagem de Deus. Depois de a longa revelação bíblica em Israel ter captado o Deus da pessoa (o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacob), o Deus para a pessoa (para libertar a pessoa no êxodo da escravidão do Egipto), o Deus com a pessoa (o «Deus conosco»: Immanuel), finalmente Ele revelou-se e foi captado como o Deus na pessoa, na pessoa de Jesus de Nazaré.

⁴ Cf. J.-P. CAILLET, “L’interdit de l’image et l’art chrétien”, *Le monde de la Bible* 117 (1999) 50-51; R. DEBRAY, *Deus, um itinerário. Materiais para a história do Eterno no Ocidente* (Âmbar; Porto 2002) 89-90.

⁵ Cf. H. SIMIAN-YOFRE, “L’assimilazione di culture straniere nella S. Scrittura. Riflessione critica”, *L’interpretazione della Bibbia nella Chiesa. Atti del Simpósio promosso dalla Congregazione per la Dottrina della Fede*. Roma, settembre 1999 (Libreria Editrice Vaticana; Città del Vaticano 2001) 90-105.

A fé cristã convida a ver Deus incarnado num ser humano e a contemplar Jesus como Filho de Deus: “quem me vê vê o Pai” (Jo 14,9). A divindade de Jesus é fruto do amor Espiritual – pelo Amor que é o Espírito: é fruto do Espírito de Deus, fonte da relação Pai-Filho, reflectida na expressão de Jesus “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30) e explicitada nesta outra: “Eu estou no Pai e o Pai está em mim” (Jo 14,10). Jesus aparece como “a imagem do Deus invisível” (Cl 1,15).

Este mistério de Deus Trino revela sobretudo a força do amor e da comunhão entre três Pessoas. Mistério não é um enigma indecifrável: é o convite a aprofundar sempre mais uma realidade/afirmação de fé, uma proposta a ir sempre mais longe na compreensão espiritual. A visão de fé de Deus Trino não é um dado estático, fixo, mas revelação da circulação de amor em Deus e da partilha da sua vida com os humanos por meio do Filho.⁶

Como consequência, a partir de Jesus a relação do ser humano com Deus concebe-se e exprime-se de maneira nova: em termos de filiação, o ser humano como filho e Deus como Pai. “Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Rm 8,14).

O discurso cristão sempre pôs a encarnação de Deus no centro da sua fé, como a visão mais original de Deus relativamente à de outras religiões. Na estrutura antropológica do encontro do humano com Deus testemunhado na Bíblia está a experiência espiritual de um encontro mediador com o ser humano. Depois da encarnação de Deus no ser humano Jesus, os encontros com Deus passam pelo encontro com o humano irmão, que aparece à fé como um rosto novo de Deus, um rosto desafiador. Esta perspectiva de encarnação implica novas formas de buscar a união com Deus, nomeadamente numa espiritualidade que compromete as pessoas na solidariedade para com os necessitados, na ajuda aos que sofrem.

⁶ Cf. R. RÉMOND, *Le christianisme en accusation* (Desclée de Brouwer; Paris 2000) 128-136.

Esta visão do humano e de Deus importa muito para ambos. A encarnação não é só o resgate mas também a realização plena da corporeidade: significa a realização suprema do ser humano. Desde a encarnação do Deus transcendente na pessoa de Jesus de Nazaré, o próprio corpo se tornou epifania do divino: o divino desposou o humano e a corporeidade, com as suas limitações. O humano como tal tornou-se espaço privilegiado da revelação de Deus e do encontro com o divino. E a história imanente tornou-se a máxima manifestação do transcendente.

Na encarnação, o cristianismo oferece a possibilidade de conjugar o que se considera inconciliável: a transcendência entra na história, faz história humana. Deus salva os humanos, não de longe, na sua solidão sublime imperturbada, mas no terreno e na carne dos humanos. E isso acontece, permanecendo Deus transcendente na sua imanência e Deus em relação na sua transcendência.⁷

O cristianismo torna-se profundo ao explorar todo o sentido da encarnação: afirma a importância do ser humano e das realidades terrestres. Tendemos para a transcendência, porque não cabemos dentro de nós próprios. Mas essa tendência deve entender-se como realização plena do corpóreo, não como sua negação.⁸ Uma espiritualidade cristã que não valorize o corpo não pode depois respeitar e amar a pessoa, que, desde a encarnação do Filho de Deus em Jesus, é mais sagrada.

Que há de novo no Deus revelado por Jesus? Nada e tudo. É o mesmo Deus que o de Abraão, de Moisés e dos profetas. Mas a luz que se projecta n'Ele é nova. E torna tudo novo. É a experiência de que o Deus da fé e o Deus dos humanos é o Deus do amor: é Amor. A imagem cristã de Deus vem ao encontro da filosofia e diz que o amor é mais sublime do que o pensamento puro. O

⁷ Cf. A. HESCHEL, *The Prophets* (Harper & Row; New York 1962) 486.

⁸ Cf. Y. LEDURE, *Transcendances. Essai sur Dieu et le corps* (DDB; Paris 1989) 143-160.

pensamento absoluto é amar, dar-se ao outro para se transcender a si próprio no outro.⁹

Esse Amor manifestou-se definitivamente ao incarnar em Jesus. Por isso, o cristianismo é fundamentalmente um humanismo, porque permite a divinização do ser humano que no humano Jesus acolhe a riqueza do amor de Deus. O pensamento cristão não pode resvalar para o dilema: ou Deus ou o homem, o que se dá a Deus retira-se ao homem e vice-versa. Desde a encarnação do Filho de Deus no homem esse dilema não tem sentido. Não há que escolher entre Deus e o homem. A vinda de Deus à humanidade em Jesus é uma promoção do homem, a máxima.

2.2. Consequência da Encarnação: amar Deus no ser humano

“Deus é amor e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele” (1Jo 4,10.16). “Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único” (3,16). Isto é o centro da fé cristã. E se Deus foi o primeiro a amar-nos, “agora o amor já não é apenas um «mandamento»; é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro”.¹⁰

O cristão é aquele que concebe Deus como Amor ao homem e concebe o homem como objecto do amor de Deus. O Deus do cristão é o «Deus para nós» e um «Deus por nós»: “Se *Deus* está *por nós*, quem estará contra nós?...” (Rm 8,31-39).

O amor que rasga as limitações do físico no ser humano revelou-se da forma mais radical na morte de Jesus na cruz, aceite livremente. Nunca na sua vida Jesus tinha estado tão alto como na cruz: coincide com o ponto mais alto do seu amor pelos humanos e com a suprema manifestação do amor de Deus para conosco. Se não tivesse aceitado morrer, não teria revelado Deus tal como Ele

⁹ Cf. J. RATZINGER, *Introdução ao cristianismo* (Principia; S. João do Estoril 2006) 99-107.

¹⁰ BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*, 1.

é, diferente de como muitos humanos o faziam ou queriam que Ele fosse. Aceitando morrer, Jesus revelava da forma mais persuasiva e inequívoca o Amor como Poder, como poder salvífico. Jesus é o absoluto do amor: nele, o próprio amor de Deus tornou-se amor humano. Morrendo por amor, Jesus sugeriu que viver é amar, mas amar é morrer, porque é não ser senão pelos outros e para os outros.

Em Jesus crucificado, o amor de Deus assume toda a angústia humana e crava-a na cruz, para acabar com ela. Jesus não foi vítima do Pai. Só foi vítima do poder político-religioso de então. Para Hegel, a «dura palavra» do Calvário é o coração do cristianismo. Realmente, na cruz Jesus tornou-se o símbolo supremo do amor de Deus para com os humanos. A cruz não é símbolo de suplício e de sofrimento. É símbolo do supremo amor dado. O sofrimento continuava a ser custoso. Mas, precisamente por isso, tornava-se a experiência humana mais poderosa para viver e exprimir o amor. Enquanto realidade viva que quer todo o bem para o outro, pôde tornar-se o símbolo mais expressivo do perdão e da ternura salvífica de Deus.

A partir da cruz, o cristão encontra o caminho do seu viver, que é amar o semelhante como Jesus o amou. O verdadeiro cristianismo não consiste em ir ao templo, em oferecer sacrifícios rituais, em prestar um culto formal a Deus, em cumprir regras morais. O culto e a moral são expressão da verdadeira religião, que consiste em amar o ser humano, de graça. Jesus não salvou o ser humano por uma estrondosa manobra de poder, nem oferecendo sacrifícios no templo, nem com gestos religiosos e rituais, nem cumprindo à risca regras morais que faziam a honra do judaísmo. Salvou-o com a sua vida, dada por amor. O “amor de uns aos outros” é o sinal pelo qual “todos conhecerão que sois meus discípulos” (Jo 13,35).

2.3. O cristianismo e a Bíblia

“A fé cristã não é uma «religião do Livro»... É a religião da «Palavra» de Deus, «não de uma palavra escrita e muda, mas da Palavra incarnada e viva»¹¹. Não é a religião da Bíblia, mas da fé em Jesus Cristo. Recusa a etiqueta de «religião do Livro»; nenhum cristão faz profissão de fé dizendo: «creio na Sagrada Escritura». Contudo, é na Bíblia que actualmente está contida a fonte de conhecimento do conteúdo da fé cristã. Ela cultiva necessariamente uma estreita empatia com o Livro dos livros. Embora este seja património da humanidade e, nas suas imagens e nos seus ricos conteúdos, continue a fazer pensar o ser humano, peregrino e mendigo de sentido para a sua existência, a Bíblia constitui as Sagradas Escrituras dos cristãos, que acrescentam 7+27 livros à Bíblia hebraica. O cristianismo de hoje seria inconcebível sem as suas Sagradas Escrituras, depósito da revelação de Deus, que teve o ponto culminante na pessoa e na palavra de Jesus.

2.4. A relação e a tensão entre judaísmo e cristianismo

O cristianismo herdou muito do judaísmo. Mas, à medida da adopção de conteúdos, foi-se distanciando dele. As tensões nas mútuas relações são inveteradas. Remontam aos alvares do cristianismo e não encontram explicação consensual. Privilegiamos uma, a do insuspeito judeu George Steiner, falecido a 3/2/2020. Assim se exprime:

“O momento histórico que determinou o destino trágico dos judeus nestes últimos dois mil anos está quase inteiramente por explorar, por um qualquer sentido freudiano, talvez reprimido. É o momento em que o núcleo do povo judeu rejeita as pretensões e as promessas messiânicas avançadas por Jesus de Nazaré e pelos seus seguidores mais próximos...”¹²

¹¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 108.

¹² Em *A Bíblia hebraica e a divisão entre judeus e cristãos* (Antropos; Relógio D'Água; Lisboa 2006) 73-74.

Porquê recusou o judaísmo seguir a proposta de vida do seu filho mais ilustre e mais venerado pelos humanos? Esta é a pergunta arrepiante do mesmo George Steiner:

“Por que é que os judeus, ou mais exactamente, por que é que o judaísmo, na medida em que se define em relação à Torá e ao Talmude, ao carácter nacional e ao exílio, disse «não» à revelação pregada, quando havia, tanto na Torá como na profecia, elementos de peso que preparavam essa revelação?... Porquê, e como, puderam os judeus negar aquilo que os seus próprios livros revelados e visões proféticas tinham antecipado de forma tão concreta?... O fenómeno e a fenomenologia da vinda e da paixão de Jesus enquadravam-se perfeitamente nas expectativas, nas necessidades e nas esperanças dos judeus dessas décadas decisivas dos séculos I e II. E, contudo, ele foi negado. Os judeus – não sabemos quantos nem qual era a proporção em relação à totalidade, mas em número significativo – optaram por continuar judeus. Para eles, para nós, o Messias não tinha chegado e os títulos atribuídos a Jesus eram espúrios, mesmo que ele fosse, em termos concretos ou rituais, oriundo da casa de David. Uma vez mais se pergunta: porquê? Sabendo que a evidência é opaca ao ponto de não poder ser recuperada e que esta pergunta, tão raramente colocada, define a nossa história e até o nosso estado presente, é dentro desta perplexidade, verdadeiramente dialéctica, que nos atrevemos a especular”.¹³

E aposta em cinco razões, que aqui resumimos, com palavras suas, sem emitir um juízo sobre elas.

[1^a] “Tinham já sido demasiados: adivinhos, mágicos, pregadores ambulantes..., conspiradores contra Herodes e contra Roma”.

[2^a] Houve da parte de Jesus “interferências gravemente ultrajantes para com as concepções judaicas então correntes. Ao dever... de fazer um funeral com todas as honras aos pais... Jesus contrapôs: «os mortos sepultem os seus mortos»”.

¹³ Ibidem, 73-77.

[3^a] “A repugnância dos judeus à simples ideia e imagem de um deus crucificado, de um messias vergonhosamente executado”.

[4^a] “A chegada e o desaparecimento do obreiro de maravilhas de Nazaré não tinham mudado nada. O mundo continuava tão cruel, corrupto e caótico como antes”.

[5^a] “O judeu não pode aceitar o fim messiânico da história, o fechamento do desconhecido... Ao negar o estatuto messiânico de Jesus..., o judeu deu livre curso ao espírito irrequieto que constitui a centralidade da sua psique. Somos, e continuamos a ser, nômadas do tempo”.

Cada uma destas cinco causas “e a complicação insolúvel da sua interação pode servir, ou não, para dar conta da abstenção dos judeus em relação ao Nazareno... Não sabemos. O que sabemos é que... essa dissensão tenaz marcou, no que têm de mais profundo, as histórias do judaísmo e do cristianismo. O destino que identifica o judeu, mas também o cristão (ainda que mais obliquamente) é o das cicatrizes indeléveis deixadas por essa hora de negação, pelo veto do judeu...

Não seremos capazes de penetrar a psicose persistente do ódio ao judeu, presente no cristianismo, a menos que consigamos discernir nesta patologia dinâmica as feridas abertas deixadas pelo «não» dos judeus ao Messias crucificado... Como esquecemos prontamente que não só Jesus mas também os autores dos Evangelhos... e todos os seus primeiros seguidores eram judeus. Os primórdios do cristianismo e da história macabra do ódio entre os judeus estão inextricavelmente entretecidos... O cristianismo é, em certos aspectos fundamentais, um produto e a exteriorização deste ódio entre os judeus. Isto é palpável em Marcos. É possível ler nas entrelinhas a que ponto detestava os demais judeus, a sua determinação em marcá-los com o ferrete do deicídio...

Considero que não pode haver qualquer progresso interno no judaísmo quanto à sua finalidade, quanto à percepção do mistério da sua sobrevivência e das obrigações daí decorrentes, a menos que os judeus encarem de frente o facto de o cristianismo ter as suas origens no coração do judaísmo...

Não seria bom para ambas as partes que agora nos faltassem as palavras?¹⁴

Posto isto, temos de pensar, com Paulo, que o cristianismo não substituiu Israel: é diferente dele. Nem os escritos do Novo Testamento surgiram para substituir a “Escritura” do Antigo. Não cabe raciocinar que ou se é cristão ou se é hebreu. Semelhante dilema levaria a entender o cristianismo como «verdadeiro Israel» ou «novo Israel», convicção que fez parte integrante do anti-judaísmo cristão. Diferentemente, Paulo, os apóstolos e muitos outros sentiam-se crentes em Jesus Cristo que permaneciam judeus e se empenhavam em anunciar o evangelho, não só aos judeus mas também aos gentios. E o sermão da montanha deixa claro que a Tōrá de Moisés mantém o seu valor (embora apareça insuficientemente radical).

O facto de o cristianismo do Novo Testamento ser formado por judeus e por gregos é uma característica fundamental, não só para estabelecer a essência do cristianismo, mas também para afirmar a diferença entre ele e o judaísmo. Não são equivalentes a distinção «hebreus – pagãos» e a distinção «hebreus – cristãos». O reconhecimento da eleição de Israel dá-se em relação aos pagãos, não em relação aos cristãos, qualquer que seja a sua proveniência. Israel é povo eleito em relação aos outros povos (enquanto diferente deles), mas não em relação ao cristianismo. Mesmo depois de Jesus, Israel continua a ser povo eleito.¹⁵ O facto de um hebreu ter fé em Jesus Cristo não entra em contradição

¹⁴ Ibidem, pp. 77-98.

¹⁵ “São israelitas; foram adoptados como filhos, têm a presença de Deus, a aliança, a Lei, o culto e as promessas; deles são os patriarcas; e deles nasceu Cristo segundo a carne” (Rm 9,4-5).

com a eleição reservada ao povo de Israel. Fé em Cristo e eleição de Israel estão ligadas a estatutos diferentes e são compatíveis, na profunda diferença e na indelével interacção. Só não negando a eleição de Israel é que Paulo pode reivindicar a centralidade absoluta de Jesus Cristo. E se “para os baptizados em Cristo já não há judeu nem grego”, quer dizer que se pode acreditar nele continuando a ser judeu ou grego: tal como a declaração de que “em Cristo” já não há “nem homem nem mulher” (Gl 3,28) equivale a afirmar que o crente continua a ser homem ou mulher.¹⁶

As crises no relacionamento do judaísmo com o cristianismo são um desafio e uma oportunidade para a aproximação mútua e para a cooperação dialéctica e dialógica. Estas duas expressões da fé não se sucederam, uma como filha da outra, mas brotaram, uma como irmã da outra, no mesmo terreno das Escrituras Sagradas: tanto uma como a outra as assumiram como próprias e sobre elas entabularam um diálogo de interpretação, próxima uma da outra mas desigual.¹⁷ A diferença radical na interpretação cristã advém do intérprete mais original que provocou a origem do cristianismo e que foi o judeu Jesus. Ele, não sendo a causa activa, era a ocasião da crise entre judaísmo e cristianismo primitivo. Mas também é o ponto de união entre ambos. Com efeito, não há cristianismo sem judaísmo: quer dizer, não há cristianismo sem povo de Israel, sem Escrituras judaicas e sem o judeu Jesus. Tampouco há judaísmo sem cristianismo: se a história de um fenómeno se faz também do seu futuro, no futuro do judaísmo está inevitavelmente o cristianismo.¹⁸ São muitas razões para a mútua estima!

¹⁶ Cf. P. STEFANI, “I cristiani di fronte alle Scritture di Israele. Eredità del passato e prospettive nuove”, *La Bibbia lacerata* (a cura di M. DEGLI INNOCENTI) (Ancora; Milano 2002) 115-132.

¹⁷ Cf. D. BOYARIN, *La Partition du judaïsme et du christianisme* (Cerf; Paris 2011).

¹⁸ Cf. A. PAUL, *Le judaïsme ancien et la Bible* (Relais-études 3; Desclée; Paris 1987) 279-283.

3. Especificidade do Islão

Também aqui só anotamos algumas características.

3.1. A fé monoteísta: o Deus do Islão

Deus tem 99 nomes e o centésimo é Alá, coroa de todos os outros: Poderoso, Clemente, Misericordioso, Santo, Salvador, Terrível...

Tem oito atributos: vida, onisciência, onipotência, a vista, o ouvido, a palavra, a vontade, o poder criador.

O sexto atributo é a palavra. A mais pequena palavra do Corão é palavra de Deus, palavra inesgotável. O Corão é a palavra de Deus. E a palavra de Deus é um livro, enquanto para o cristianismo é uma Pessoa, a pessoa de Jesus Cristo.

O Corão tem uma ideia muito elevada de Deus, embora simples. A simplicidade da sua teologia explica em parte o seu considerável poder de sedução.

Deus é todo-poderoso. Portanto, o homem deve adorar Deus e submeter-se totalmente a Ele e aos seus enviados. Islão tem precisamente o significado etimológico de submissão: submissão na adoração. Esta submissão não é uma espécie de obediência cega e fatal. Islão também significa salvação. Muçulmano = muslimún, plural de muslim, significa submisso e salvo, aquele que se põe em paz com Deus, que situa a existência de Deus e o seu poder para além de qualquer contestação. Lê-se no Corão: Slem teslem, isto é, abraça o Islão e salvar-te-ás. É a salvação pela submissão a Deus, numa ideia de abandono filial e confiado na sua misericórdia.¹⁹

¹⁹ Cf. A. GUELLOUZ, “O Islão”, *As grandes religiões do mundo* (dir. J. DELUMEAU) (Presença; Lisboa 1997) 256-338.

Toda a religião islâmica está contida nestas duas palavras: adorar e obedecer. Por isso, quando a ordem de actuar é apresentada em nome de Deus, o muçulmano passa à acção, seja na vida diária, seja em períodos de crise (como nas guerras santas), seja no culto.

O culto consiste em palavras e gestos, inclinações profundas e prostrações... A oração ritual diária é o símbolo essencial do Islão: uma oração ordenada disciplinada nos movimentos e concentrada no único Deus. Não é mero ritualismo ou formalismo. É expressão de obediência e adoração. O muçulmano tem um sentido agudo da transcendência de Deus que o leva à adoração: deixa Deus ser Deus. A grande razão da obediência é que ela constitui uma homenagem ao Todo-poderoso. No culto evidencia-se a igualdade de todos os muçulmanos. Nenhum uniforme distingue clérigos e leigos, nenhum drama litúrgico separa sagrado e profano.

A transcendência de Deus não deixa esquecer a íntima proximidade ao ser humano.

Não é verdadeira a nota de fatalismo atribuída ao Islão. Numerosas passagens do Corão supõem a liberdade humana.²⁰ Se muitos fiéis seus (como os cristãos) se entregavam a um fatalismo preguiçoso, hoje os pensadores muçulmanos lutam contra ele. Trata-se antes de um forte sentido da vontade de Deus.

Que **ideia** se faz **de Deus** o Islão?

O Deus do Islão não é **Trindade**. Se Deus não é Trindade, Jesus não é Deus. Portanto, a fé na **Incarnação** de Deus é impossível.

A rejeição da Trindade resulta do acento na unidade/unicidade de Deus, diferentemente da visão do cristianismo, onde a verdadeira unidade de Deus, a

²⁰ Cf. M. CUYPERS – G. GOBILLOT, *Le Coran (Idées reçues; Le Cavalier Bleu; Paris 2007)* 83-86.

unidade do amor, é uma Trindade. No cristianismo, a unidade perfeita não é a unidade do número um, mas a unidade do amor, a unidade que é fruto do amor («tu e eu somos um só!» – costumam dizer os enamorados), do amor pleno que exige sair para fora de si próprio para se encontrar no outro. É o centro do cristianismo: Deus é Pai que ama o Filho pelo seu Espírito; toma a sério a expressão “Deus é amor” (1Jo 4,8.16); para Deus, existir e amar é o mesmo, existir é amar. Ora, se o monoteísmo é a pedra de toque e o essencial da religião que é o Islão, então a Trindade é a sua antítese:

Ó gente do Livro! Não ultrapassareis a medida na vossa religião e a respeito de Deus só deveis dizer a verdade. Certamente o Messias, Jesus, Filho de Maria, é o Enviado de Deus e o seu Verbo que Ele insuflou em Maria. É um Espírito vindo d’Ele. Crede, pois, em Deus e nos seus profetas e nunca direis: «Três!»... Na verdade, Deus é um só!²¹

Maomé acrescentava que não pode haver paternidade sem o concurso de uma mulher. Quando decidiu rejeitar categoricamente a Trindade, acusou de impiedade e de mentira o dogma cristão trinitário, como uma forma de politeísmo.

Místicos muçulmanos vislumbraram a Trindade em Deus. O maior de todos é Hallâj, crucificado e decapitado como herege pelos seus correligionários em Bagdad no ano 922. Ele pressentia que Deus é Amor, mas não crê num amor que chame os humanos a partilhar a sua própria vida (como confessam os cristãos: “tornamo-nos participantes da natureza divina”: 2Ped 1,4). Isso só é possível graças à Encarnação: Deus faz-se homem para que o homem se faça Deus. Para o muçulmano, não é possível que os humanos sejam inseridos na vida de Deus.²² Poderíamos exprimir-nos assim: o muçulmano está diante de Deus; o

²¹ Alcorão, sura IV, 169: citamos o texto segundo a tradução de J.P. MACHADO (Junta de Investigações Científicas do Ultramar; Lisboa 1979) 114.

²² É essa a consequência da revelação da Encarnação e de Deus Trino: tem a ver connosco, está em jogo o sentido da nossa vida, a nossa salvação; a religião não é um sistema filosófico; dizer que Deus é

cristão está em Deus, graças a Jesus Cristo e só por Cristo: Pai – Filho – unidos pelo Amor/Espírito (“o Espírito de Deus habita em vós... Cristo está em vós”, Rm 8,9-10; “a vossa vida está escondida com Cristo em Deus”, Cl 3,3).²³

Nos temas da Trindade e da Encarnação, é impossível a conciliação dos dois pontos de vista.

3.2. Deus falou pelos profetas

De forma parecida à visão do judaísmo e do cristianismo, no Islão há relação e mediação entre Deus e o ser humano. No cristianismo é Jesus. No judaísmo e no Islão esse vínculo é estabelecido pelos profetas. O Deus do Islão não é mudo. Fala aos humanos pelos seus enviados e profetas, com uma missão precisa para a comunidade a que pertencem.

De todos os enviados, o maior é Maomé. A sua missão consistiu em proclamar que há que submeter-se ao Deus único e criador. Deus mandou a Maomé fundar uma comunidade de crentes, de «submissos», que deveria substituir as comunidades anteriores, infiéis à sua vocação.

Maomé liga-se a Abraão através de Ismael. Segundo a tradição do Corão, Abraão teria vivido em Meca,²⁴ onde teria rezado pedindo um futuro profeta para os árabes. Não foi, portanto, judeu nem cristão, mas «submetido» a Deus, isto é, muçulmano.

O Corão fala de Jesus como Messias, filho de Maria, enviado de Deus e seu Verbo.²⁵ Mas este Verbo seria criado. Maomé admite a concepção virginal de Jesus e a virgindade de Maria. Diz que Jesus recebeu a existência pela palavra

Trindade e que é Amor é o mesmo, porque o Amor exige pluralidade de pessoas, para o dom e para o acolhimento, para dar e receber, que são os dois pólos do amor.

²³ No cristianismo, a comunhão entre o ser humano e Deus é vital, é de vida, não de perfeição moral.

²⁴ Como se deduz de Alcorão, sura, III, 91.

²⁵ Alcorão, sura IV, 169 (citada acima).

divina. Admite os seus milagres e a sua santidade perfeita. Mas não reconhece a sua divindade nem a sua missão redentora. Maomé considera-se menor que Jesus, porque o seu nascimento não teria sido milagroso como o de Jesus. Jesus não teria pecado, enquanto Maomé confessa as suas faltas e pede perdão por elas. Mas Maomé, como enviado encarregado de uma missão, considera-se superior a Jesus (como Jesus se considera superior aos profetas de Israel). Nega que Jesus tenha sido crucificado. Cravado na cruz teria sido um homem que se parecia a ele (um enviado de Deus não podia ser abandonado à maldade dos homens).

A personalidade de Maomé revolucionou indiscutivelmente a vida e a história na Arábia e em todo o Oriente. Ele apresenta-se como o último profeta, a fechar o ciclo dos tempos, supondo que “depois de mim não haverá nenhum profeta”. Ele recapitularia todos os profetas reverenciados no judaísmo e no cristianismo; e os seus ensinamentos dirigem-se a todos os homens.²⁶

3.3. O Corão - Alcorão

A palavra árabe al-qur'an (com o artigo definido) significa «a proclamação, a leitura» por excelência. É a fonte primeira do conhecimento do Islão. Divide-se em 114 suras (capítulos), que por sua vez se subdividem em versículos (6616, na totalidade).

Como todos os textos sagrados, também o do Corão é produto linguístico, histórico e cultural. Certamente, supõe que o absoluto se revelou aos humanos; mas não o pôde fazer senão descendo até eles por meio da linguagem e da cultura humanas, numa história concreta. Como aconteceu para os vários

²⁶ Cf. S.V. MAMEDE, Prefácio a Alcorão I (Livros de Bolso Europa-América 186; Mem Martins 1978) 5-18.

autores da Bíblia, também para o Corão a revelação se adaptou ao horizonte linguístico, histórico e intelectual dos primeiros destinatários.²⁷

Para os muçulmanos, a missão dos enviados de Deus não é a de aprofundar os mistérios de Deus, fazendo evoluir progressivamente a revelação ao longo da história humana. Não há progresso na revelação de Deus. O Islão é a religião de sempre, imutável, conforme com a natureza de Deus tal como Deus a criou, sempre imutável. O muçulmano encontra no Corão tudo o necessário para a sua vida religiosa. A Bíblia terá sido alterada.²⁸ Noutros tempos terá havido uma Bíblia conforme às afirmações do Corão. O verdadeiro cânone normativo é o Corão.

4. Pontos de união nas três religiões monoteístas

Têm muitos traços em comum. Desde logo, as três crêem em Deus único, transcendente e criador.

As três até têm em comum uma reflexão sobre as mesmas Sagradas Escrituras. De facto, o cristianismo nasceu de um debate crítico, não só, principalmente, sobre a pessoa de Jesus, mas também sobre o significado dos seus textos fundadores: interpretando de forma nova as Escrituras dos judeus, introduziu tensão e riqueza adicional na relação com o judaísmo. Analogamente, é possível dizer que, em certa medida, a religião islâmica nasceu de uma interpretação das Escrituras judaicas e cristãs, aceitando alguns pontos de vista e demarcando-se de outros.

Assinalável traço de união entre as três é uma pessoa: Abraão. Ele é o primeiro pilar da fé, do qual descendem judeus, cristãos e muçulmanos, através

²⁷ Cf. R. BENZINE, *Os novos pensadores do Islão* (Tribuna; Lisboa 2005) 158-165.

²⁸ Mas veja M. CUYPERS – G. GOBILLOT, *Le Coran* (Idées reçues; Le Cavalier Bleu; Paris 2007) 53-56.

de Isaac e Jacob (os patriarcas de Israel e de Jesus), e através de Ismael (o patriarca dos árabes e, mais tarde, dos muçulmanos). Portanto, as três adoram o mesmo Deus de Abraão, como sublinhou o Papa Francisco na sua viagem de reconciliação ao local da antiga Ur (Gn 11 e 15).

Abraão tornar-se-ia assim uma bênção para todos os povos. Adquiriu incomparável significado teológico, sociológico e etnológico como patriarca das três grandes religiões de origem semita no antigo Próximo Oriente. Não foi monoteísta. Foi henoteísta: adorava “o Deus do pai”, mas com a consciência de que haveria outros deuses, outros «deus do pai», venerados pelos fiéis de outras tribos. Seria a partir do henoteísmo que bem mais tarde se desenvolveu o monoteísmo, até alcançar um primeiro alto grau de pureza no séc. VI a.C. (no período do exílio de Israel), como fé universalista num Deus de todos os povos. Não tendo sido monoteísta, Abraão é para as três religiões, o representante primordial do monoteísmo, o arquétipo das religiões proféticas.

Abraão é um imigrante, pastor nómada ou semi-nómada, o homem que não conhece o «Deus em si», impessoal, mas o Deus pessoal, o Deus da pessoa e com a pessoa, um Deus familiar que protege os seus fiéis e os acompanha nas suas migrações. O seu Deus não é o Deus de um lugar que quisesse ser adorado num santuário (porque os pastores não tinham santuários). É o Deus que tem a ver com as pessoas. Abraão sente-se “na presença de Deus”, manifestando fé incondicional e inabalável confiança n’Ele (Gn 17,1-27). Por isso, às três religiões abraâmicas se dá também o nome de religiões da fé.

O túmulo de Abraão é mostrado aos peregrinos judeus, cristãos e muçulmanos em Hebron.

Para os muçulmanos, Abraão/Ibrahim recebeu a revelação primitiva e original, como se encontra, sem erros, unicamente no Corão.

Para os judeus, o direito à «terra de Israel» já se fundamenta na figura de Abraão.

Também os cristãos reconhecem em Abraão o fundamento da sua fé.

Para as três religiões proféticas, Abraão é o pai da fé. Aliás, já do ponto de vista étnico, judeus e muçulmanos estão unidos no tronco originário; até a língua de ambos é igualmente semita.

Mas os seus fiéis facilmente esqueceram esta nota em comum. Ao longo dos séculos, cada uma das três tentou monopolizar Abraão para si.

. Os judeus ‘judaizaram-no’, relacionando a bênção para todos os povos unicamente com o povo e com a terra de Israel. Abraão seria o patriarca exclusivo do povo judeu.

. Os cristãos ‘cristianizaram-no’, vendo as promessas feitas a ele cumpridas definitivamente em Jesus Cristo.

. Os muçulmanos ‘islamizaram-no’, considerando-o como o modelo de muçulmano.

Apesar das diferentes interpretações, Abraão permanece testemunha primordial da fé num mesmo Deus, o Deus de judeus, cristãos e muçulmanos.

Também o **Moisés** dos judeus foi apropriado pelas outras duas religiões monoteístas: foi ‘cristianizado’ como modelo de Cristo, e ‘islamizado’ como precursor de Maomé.

Mesmo **David** foi mais tarde reinterpretado nas três religiões proféticas. Foi:

‘Judaizado’: promovido ao grau de prefiguração do Messias que havia de vir.

‘Cristianizado’ como antepassado de Jesus, prefiguração do Messias que já veio.

‘Islamizado’: como o profeta que serviu de exemplo para o profeta Maomé.

O outro ponto de união das três religiões é **Jerusalém**, a cidade santa de judeus e cristãos e o terceiro lugar mais sagrado do mundo para os muçulmanos (depois de Meca e Medina).

Jerusalém é a cidade de David, com o templo de Salomão, onde se centrou o culto judaico e onde todas as instituições políticas e religiosas da cultura judaica tiveram sede.

Também é a cidade onde Jesus mais concentrou a sua mensagem libertadora, onde morreu e onde é situada a narrativa da sua ressurreição e ascensão ao céu: é o lugar onde atingiu o ponto culminante a história de salvação narrada na Bíblia.

É ainda a cidade onde o profeta Maomé teria subido aos céus, segundo uma antiga tradição.

Depois da sua conquista por David (lá pelo ano 1000 a.C.), Jerusalém começará a ter com os profetas uma vocação universal, como casa de oração para todas as gentes e lugar donde perenemente sairá a Palavra de salvação dirigida a todos os povos (Is 2,1-4). Já antes de Jesus, era considerada a meta última onde Deus iria reunir todos os povos e todas as línguas.

Jesus realizou uma nova criação, uma nova aliança do ser humano com Deus, em Jerusalém. Esta novidade supera tanto o nosso alcance racional que só podemos falar dela com símbolos, metáforas, analogias: “E vi descer do céu a cidade santa, a nova Jerusalém” (Ap 21,2). O Apocalipse acumula imagens para descrever o seu esplendor e a sua glória. É a “cidade do Deus vivo, a Jerusalém

celeste” (Heb 12,22). É “a Jerusalém do alto, a nossa mãe” (Gl 4,26), o lugar da realização de todas as utopias (= sem lugar) e de todas as promessas da longa história de salvação.

Todavia, a Jerusalém transcendente não é visível aos olhos da carne: só a verão – e só reunirá – os fiéis das três religiões que a ela se ligam espiritualmente se “nascermos do alto e de novo” (Jo 3,3), ou seja, na fé. Por isso, justifica-se a expressão “cidade futura” de Heb 13,14, na espera da fé.²⁹ Será precisamente esta espera que fará saborear já no íntimo, aqui na terra, aos fiéis das três religiões monoteístas, os frutos da Jerusalém do céu: a paz, a alegria, a força da vida. A Jerusalém do alto, ao mesmo tempo que é promessa e utopia, é realidade definitiva na esperança.

Conclusão

As três são também chamadas religiões éticas, porque para as três o ser humano depende de Deus, misericordioso e justo. E para as três o homem é responsável pelas suas acções, como imagem e representante de Deus. Qual o contributo delas para uma ética mundial que vai tomando forma na consciência da humanidade?

A meta de um entendimento universal entre elas não terá de ser uma religião unificada no mundo inteiro. Tal unificação não se vem desenhando em nenhum sítio do orbe terráqueo. “A aspiração humanista por uma fusão progressiva dos credos existentes choca com a sensibilidade espiritual dos dois hemisférios. E se não pode apoiar-se em nenhuma escritura sagrada do Oriente

²⁹ Cf. N. CROSTI, À procura das raízes hebraicas da fé cristã (Ensaio 20; Paulinas; Prior Velho 2010) 123-139.

ou do Ocidente, é porque faz os seus cálculos sem contar com Deus”.³⁰ “O caminho para esta meta [o encontro das diversas religiões] não consiste na rejeição da própria tradição religiosa em função de uma ideia universal, que não seria senão uma abstracção. O caminho conduz antes à profundidade da própria religião... Na profundidade de cada religião viva há um ponto em que a religião como tal perde a sua importância; e aquilo para o qual ela aponta, justamente por mediação das suas peculiaridades, gera liberdade espiritual e com ela uma visão do divino, que está presente em todas as formas da vida e da cultura”.³¹ Mais do que chegar a uma religião única ou a uma mistura de religiões ou à substituição da religião por uma ética, o desejável e urgente é o empenho comum das três religiões na construção da fraternidade universal entre os humanos. Aliás, do ponto de vista cultural, as diferenças entre as três religiões até podem constituir mútuo enriquecimento. Questionando-se sobre o sentido divino das suas diferenças humanas, poderão porventura viver mais eficazmente um entendimento confiante na solidariedade e na co-responsabilidade, ao serviço da paz.³²

Um começo para a cooperação inter-religiosa pode ser o empenhamento em causas globais de humanização da sociedade, que implica o combate a problemas globais, como a pobreza, a fome, os extremismos (perigo que atravessa as três religiões e de que nenhuma está livre!). Para não descambarem em instrumento de exclusão e de extremismo, é urgente corrigir a leitura acrítica dos textos religiosos das três religiões. O literalismo torna-se arma perigosa nas mãos dos seus fiéis. O fundamentalismo na leitura facilmente passa ao fanatismo

³⁰ Diz J.-A. CUTTAT, citado por F. VARILLON, *El Cristiano ante las grandes religiones* (Mensajero; Bilbao 1997) 25.

³¹ P. TILLICH, citado por LI. DUCH, *Un extraño en nuestra casa* (Herder; Barcelona 2007) 184 (cf. pp. 184-185).

³² Cf. J.-M. AVELINE, “Deus e as religiões”, *Deus no século XXI* (Crença e razão 44; Instituto Piaget; Lisboa 2004) 285-306.

na acção e daí ao terrorismo. A leitura fundamentalista dos textos sagrados monoteístas está cheia de perigos bem concretos em termos humanos e torna hoje muito frágil o mundo ocupado por essas religiões. Bastaria pensar que no prolongado conflito israelo-árabe da Palestina de hoje, onde coabitam fiéis das três religiões monoteístas, ainda se costuma apelar para a chamada lei do talião bíblica “olho por olho, dente por dente...”, entendida e aplicada à letra.

No cristianismo a leitura contextualizada dos textos sagrados já é oficial, pelo menos, desde Pio XII, em 1943, com a encíclica sobre os estudos bíblicos *Divino afflante Spiritu*. É assumida pelo concílio Vaticano II, na Constituição *Dei Verbum* e recomendada por sucessivos documentos eclesiais.³³ Mas está longe de ser feita por todos os cristãos! No judaísmo encontramos diversas tendências hermenêuticas; e a dos seus estudiosos contemporâneos também é uma interpretação apurada com métodos histórico-críticos.³⁴ Por sua vez, a abordagem do texto corânico feita pelos novos pensadores do Islão também tende a ser científica, audaciosa, arriscando suscitar apreensões dos crentes islâmicos, premunidos contra a aplicação das ciências humanas ao campo religioso.

À questão da compreensão de um texto tão complexo, testemunha de um universo cultural diferente do de hoje, os novos pensadores do Islão – em linha com os estudiosos da Bíblia judaica e cristã – respondem com os métodos de análise literária recentes e com o método histórico-crítico, operando um estudo histórico e crítico do Corão e procurando situar o texto no seu contexto de produção, dizendo que o Corão é uma palavra divina com uma história, a da sua ‘incarnação’ numa língua humana e numa cultura (a dos árabes dos séculos VII e VIII), na trama de um discurso feito de palavras, ditos e imagens na língua do profeta: os primeiros cronistas muçulmanos dizem que os folhetos ligados que

³³ Veja, por exemplo, o da COMISSÃO BÍBLICA PONTIFÍCIA, *A interpretação da Bíblia na Igreja* (Rei dos livros; Lisboa 1994), ratificado pela palavra de João Paulo II.

³⁴ Cf. K.H. ZETTERHOLM, *Jewish Interpretation of the Bible: Ancient and Contemporary* (Fortress Press; Minneapolis 2012).

viriam a constituir o Corão foram reunidos no âmbito difícil de hesitações e discussões, fruto de um trabalho colectivo.³⁵

Para os fiéis das três religiões monoteístas não serem factores de extremismo e de exclusão, é precisa espiritualidade: não espiritualidades que entulham as prateleiras das livrarias das grandes superfícies, mas espiritualidade consolidada, que obedece sinceramente ao Espírito do único Deus, à procura da bondade e da conjugação de esforços para uma paz global.

De facto, existe uma consciência crescente, por parte de mestres espirituais e estudiosos do fenómeno religioso, de que judaísmo, cristianismo e Islão viveram em excesso a religião e em defeito a espiritualidade, isto é, viveram o mundo religioso institucionalizado, frequentemente fora do Mistério. Essa vivência proporciona uma visão magnífica, impressionante, com extraordinárias construções institucionais e êxitos culturais. Mas o que interessa é a vivência por dentro do Mistério.³⁶

Indispensável é a capacidade de cada religião de dar sentido radical à existência humana, vendo-o em Deus. Para onde vamos, se praticarmos uma religião sem fé e prestarmos culto a um deus sem transcendência? Quando se reduz a fé a uma ideologia ou a um sistema de convicções e acções éticas, oferece-se ao secularismo militante um alvo fácil para a crítica.

Que Deus adoramos? O Deus-Mistério que nos eleva a todos para, elevados, nos abraçarmos? Ou um deus manipulável que usamos comodamente para obter os nossos objectivos sociais, políticos, ideológicos? Sem uma forte dimensão espiritual, a religião de cada um não passará da ocupação de tempos

³⁵ Cf. R. BENZINE, *Os novos pensadores do Islão* (Tribuna; Lisboa 2005) 219-224. Veja também Sh. AKHTAR, *Critical Qur'anic Scholarship and Theological Puzzles in Holy Scriptures in Judaism, Christianity and Islam. Hermeneutics, Values and Society* (Rapodi 1997).

³⁶ Cf. J.M. MARDONES, “Religião e religiões: Donde vimos, onde estamos, para onde vamos?”, *Deus no século XXI e o futuro do cristianismo* (coord. A. BORGES) (Campo das Letras; Porto 2007) 34.

livres ou de espaços residuais da nossa consciência, podendo eventualmente ‘jogar ao diálogo inter-religioso’, teórico e diplomático.³⁷

A perda do sentido de Deus arrasta consigo a perda do sentido de homem. Onde na prática se dá a morte de Deus ou Ele é transformado num ídolo para atingir fins ideológicos, dá-se conseqüentemente a morte do homem. Onde não se respeita a transcendência de Deus, não se respeita a dignidade do homem, que então é facilmente agredido, injustiçado. Quando o mundo do homem, a sociedade e a cultura ficam a bambolear na corda bamba do relativismo, do rescindível, do material, do consumismo, então o homem torna-se presa fácil e meio para propósitos individuais ou colectivos perversos, dispostos a tudo, contanto que atinjam os próprios fins. Já não é só questão de déficit de valores. É questão de déficit de sentido último, que a fé ajuda a descobrir.

Os próprios sociólogos da religião reconhecem que a relação crítica entre as religiões não eliminou a realidade da presença no ser humano de “um Mistério que é maior do que o seu coração” (H. Urs von Balthasar), reconhecimento que García Lorca formulou nesta exclamação: “só o mistério nos faz viver, só o mistério”.³⁸ A resposta à crise de relacionamento entre as três religiões é a experiência pessoal do Deus vivo, a afinação da capacidade contemplativa do ser humano: “felizes os puros de coração porque verão Deus” (Mt 5,8). A concretização dessa experiência sugere novas formas de viver a fé e exige de cada pessoa tanto de coragem como de humildade no esforço/gosto de viver em coerência com a fé no Deus uno e misericordioso de todos.

A compreensão dessa bondade de Deus requer um coração de filho, só possível se todos aceitarem que os outros são filhos do mesmo Pai, isto é,

³⁷ Cf. J. MASÍÁ CLAVEL, “Decálogo de vivências entre o Oriente e o Ocidente” e “Diálogo inter-religioso a partir de baixo”, Deus no século XXI e o futuro do cristianismo (coord. A. BORGES) (Campo das Letras; Porto 2007) 197-202 e 365-385, respectivamente.

³⁸ Citações feitas por J.M. VELASCO, “Ser místico em situação de crise de Deus”, Deus no século XXI e o futuro do cristianismo (coord. A. BORGES) (Campo das Letras; Porto 2007) 71.

amando-os como irmãos. O amor com que Deus ama todos só pode ser descoberto e experimentado com o exercício do amor fraterno. A afirmação religiosa terá de ultrapassar a tolerância ousando o diálogo que culmina no amor. Os humanos do nosso tempo esperam de uma religião que lhes dê testemunho do amor, que inclui bondade e perdão para com o próximo, sobretudo quando o próximo não se assemelha a nós. O próximo, objecto de amor, não se escolhe. Aceita-se. É todo aquele que precisa de nós. E todos nós, judeus, cristãos e muçulmanos, somos próximo, uns para os outros. Enquanto não virmos e vivermos essa realidade, as três religiões continuarão a ser um ideal, uma utopia, uma partitura musical com as notas de uma admirável sinfonia à espera de executores competentes.

“Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais”.³⁹

³⁹ H. KÜNG, *Religiões do mundo* (Verus – Multinova; Lisboa 2004) 17.